

Editorial

Um novo olhar sobre a recuperação judicial

Um processo bem-sucedido exige a atuação de um especialista no assunto.

Muito tem se escrito sobre a recuperação judicial, mas, na grande maioria das vezes, fala-se sobre a Lei 11.101/2005 ou sobre a recuperanda, a empresa que está em dificuldades e se socorre da referida lei.

De fato, a lei é nova – vai completar 8 anos – e, por isso mesmo, os Tribunais de Justiça de todo o Brasil e também o STJ têm se manifestado em julgamentos de temas polêmicos e mostrado o caminho que deve ser seguido, esclarecendo a forma exata de interpretação.

Como se trata de uma matéria nova, há poucos especialistas acompanhando as modificações que estão acontecendo.

Na verdade, os poucos especialistas que existem estão exercendo o seu mister na qualidade de advogados da recuperanda.

Os credores da recuperanda, quando tomam conhecimento de que a empresa está na lista de credores, sentem-se de mãos atadas, pois não poderão buscar os valores devidos pelos meios a que estão acostumados, ou seja, terão que se submeter às regras da recuperação.

Assim, entregam o caso para um profissional de sua confiança, que nem sempre conhece os detalhes da lei ou conhece a lei tecnicamente, mas não tem vivência diária.

A maioria sabe que a lei tem pontos importantes, como a presença do administrador judicial, a existência de um plano de recuperação, a assembleia, o pagamento com deságio, a carência etc.

Entretanto, há outros aspectos que, por vezes, são tão importantes ou mais, como: saber que a recuperação comporta, inicialmente, uma fase de análise de documentos; fase administrativa (com habilitações, divergências, oposições, classificação do crédito, que devem ser endereçadas ao administrador) e a fase judicial, em que

também há habilitação e impugnação do crédito, que devem ser endereçadas ao juiz da recuperação, detalhes sobre prazo de entrega da procuração de participação na Assembleia Geral de Credores (AGC), comitê e tantos outros.

Assim, para que o resultado do trabalho seja eficaz, o primeiro passo é analisar os documentos juntados pela recuperanda, em especial aqueles que são obrigatórios, como balanços, demonstrativo de resultados, relação de bens dos sócios, enfim, a lista constante do artigo 51 da lei.

É verdade que há aqueles que discordam dessa tese, pois afirmam que este é um trabalho do Ministério Público e do juiz; no entanto, nós entendemos que a análise deve ser feita sob um outro olhar, mais focado no conhecimento do credor sobre o histórico da recuperanda.

Nesse sentido, o início do trabalho precisa ter intensa troca de informações, pois, muitas vezes, algo que parece sem importância para o credor é de suma importância para o profissional, pois haverá a fase de apresentação do plano de recuperação e, em seguida, a possível AGC, quando ocorre a votação.

Teoricamente, o voto seria a consequência de todo o trabalho desenvolvido até este momento, mas, muitas vezes, ao chegar na AGC, verifica-se que ocorreram mudanças que implicam na suspensão da assembleia, e isso, mais uma vez, demonstra o quanto é importante ter alguém que entenda do assunto acompanhando o processo.

Dessa forma, fica evidente que, quando o caso é entregue a um profissional com conhecimento e experiência no assunto, a recuperação de valores é sempre bem-sucedida.



Rubens Iscalhão Pereira, Sócio fundador da LPM Advogados Associados

► Acontece

Investimentos em obras, espalhadas por todas as regiões, prometem melhorias em diversos setores.

► Análise de Risco

Mapear e monitorar políticas governamentais é estratégia para antecipar riscos em segmentos de negócios.

► De bem com a vida

Confira os desafios de educar os filhos nos dias de hoje e algumas dicas que podem ajudar.

Acontece

Brasil: um país em obras

Com investimentos em infraestrutura, país vive momento de grandes transformações.

Aos poucos, o setor de infraestrutura brasileira começa a ressurgir. Com grandes aportes financeiros, desonerações fiscais e concessões públicas em áreas até há pouco tempo consideradas estratégicas, como aeroportos. Com isso, os setores de infraestrutura e construção começam a impor um novo patamar de investimento que poderá trazer um nível de desenvolvimento em longo prazo ou um crescimento sustentável. Cabe salientar que a última grande onda de investimentos ocorreu há mais de 40 anos, no período militar. Finalmente, a iniciativa privada foi convidada a dividir o ônus e o bônus com o governo federal. O convite foi feito pela presidente Dilma Roussef durante os diversos anúncios efetuados ao longo de 2012, dos quais cabe destacar os relacionados à logística, à energia e a programas sociais.

No âmbito domiciliar, conforme o Ministério das Cidades, temos uma demanda reprimida ou um *déficit* habitacional estimado em mais de 6 milhões de moradias, deficiência esta que é o foco principal do programa Minha Casa Minha Vida, gerido pela Caixa Econômica Federal. Utilizando-se de recursos oriundos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), o programa já construiu quase 2 milhões de moradias e entregou 48% delas totalizando 935 mil unidades, portanto, há ainda um grande espaço para crescimento e desenvolvimento da construção civil e sua cadeia, que, atualmente, representam cerca de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB).



No setor energético, temos em construção não apenas grandes usinas hidrelétricas, como a de Belo Monte, mas dezenas de pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos, energia solar, biocombustíveis, gás, petróleo e linhas de transmissão. Segundo dados do relatório do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ainda temos 60% das ações a serem concluídas.

No setor de transportes, temos obras de duplicação de rodovias e construção de novas, revitalização do setor ferroviário – que espera construir 10 mil quilômetros nos próximos cinco anos, com investimentos da ordem de 93 bilhões de reais – e concessão de

portos e aeroportos pela iniciativa privada.

Diante deste breve panorama, atualmente, temos mais de 1.200 obras e projetos em execução ou em fase de aprovação, que demandarão aproximadamente 700 bilhões de reais, dos quais 507 bilhões de reais ainda não foram utilizados.

As obras estão espalhadas por todas as regiões, cabendo à região Sudeste a maior fatia dos investimentos, cerca de 38%, conforme dados do Anuário Exame de Infraestrutura 2012–2013

Robson Ramir Guariza
Senior Industry Sector Credit Analyst

Investir em desenvolvimento e capacitação de pessoas é uma estratégia global da Euler Hermes. Confira os resultados positivos dessas ações no Brasil.

A equipe brasileira passou por vários treinamentos nos últimos 24 meses, incluindo temas como liderança, comunicação eficiente, técnicas de gestão e *feedback*, além de treinamentos técnicos

específicos a cada área. Considerando, especialmente, o aumento de 58% no quadro de colaboradores entre 2010 e 2012, o foco em capacitação tem sido fundamental na integração da equipe.

Outro resultado positivo desse investimento em qualificação é a melhora constante do nível do serviço e do atendimento prestado aos segurados no Brasil. Uma evidência do nível de satisfação de clientes foi o aumento na taxa de retenção total de prêmios em 2012, que superou a meta de 86% e chegou a expressivos 92%.

Gestão de Apólice

A importância da política de crédito

Conhecer o perfil do cliente ajuda a diminuir o risco.

A estruturação do gerenciamento do risco de crédito permite que a complexidade das operações mercantis seja analisada e, ainda, que as decisões sejam adequadas ao perfil de cada comprador.

Com essa providência, o segurado pode estabelecer quais clientes submeterá à apreciação da seguradora e a quais deles poderá conceder limite de crédito; neste caso, haverá a figura dos garantidos não cadastrados ou não nomeados.

Embora o segurado atue com discriciona-

riedade, ou seja, liberdade para avaliar a capacidade creditícia, existem critérios importantes a serem previamente definidos para a gestão correta da venda.

Normalmente, as concessões de crédito discricionárias são destinadas para operações de menor relevância monetária observando-se algumas condições mínimas, como: a empresa estar operante, no mínimo, há 18 meses; a impossibilidade de recair sobre a empresa restrições cadastrais; a experiência positiva quanto à tempestividade

do pagamento entre outros.

A definição de política dessa natureza tem por objetivo identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco de crédito, por isso, reveste-se de extrema importância.

Uma das vantagens da parceria com a seguradora é que essas regras mínimas podem ser ajustadas com o apoio dela.

Maria Luiza F. Mendes
Legal and Claims Manager

Análise de Risco

Política econômica e risco de crédito

Como o governo influencia a percepção de risco das empresas.

Muitos são os fatores que influenciam a análise do risco de crédito de uma empresa. Na maior parte das vezes, nos concentramos sobre a empresa em si, em seus números, na maneira como é gerenciada, na sua capacidade financeira, na concorrência etc., e poderíamos dizer que todos esses fatores são intrínsecos à análise. Mas há outros fatores externos à empresa e que influenciam seu mercado e, em última análise, podem afetar seu desempenho ao longo do tempo. A interferência governamental em determinados setores da economia pode ser o remédio para “falhas de mercado”, mas, como todo remédio, pode ter efeitos colaterais indesejados e o que era “falha de mercado” pode se tornar “falha de governo”.

Não pretendo julgar o certo e o errado: interferência governamental pode favorecer determinados setores da economia e, portanto, empresas que os compõem, ao passo que outros podem ser prejudicados, desencadeando processo de enfraquecimento em outras empresas. Há exemplos dos dois lados: negativamente, a mudança das regras do pré-sal e a renovação antecipada das concessões das elétricas. No primeiro, a obrigatoriedade de coparticipação da Petrobrás nos consórcios de exploração do pré-sal ao mesmo tempo em que o mercado

duvida de sua capacidade de investimento, gera incertezas que atrasam o início da exploração e da produção de petróleo. Como consequência, toda uma cadeia de empresas de tamanhos variáveis, fornecedoras desse segmento, tiveram que rever seus planos. No segundo, a renovação antecipada de contratos de concessão gera impactos diretos na maturação do investimento realizados por estas empresas, além de afetar seus fluxos de caixa.

Positivamente, a isenção de impostos nos produtos que compõem a cesta básica e o uso de políticas fiscais para mercadorias importadas. No primeiro, a intervenção favorável reduz preços e aumenta as vendas das empresas atuantes no segmento. No

segundo, impostos de importação diferenciados podem dar fôlego extra a determinado setor enquanto se moderniza ou corrige reconhecidas práticas de *dumping*.

Assim, políticas governamentais constituem um fator externo decisivo sobre os diferentes setores econômicos, e, assim, às empresas; e tem consequências concretas sobre seu desempenho futuro. Mapear e monitorar essas políticas pode dar a direção de onde o crescimento estará no médio e no longo prazo. É papel do subscritor de risco estar atento a estas variáveis e se preparar para mudanças.

Luciano Mendonça
Commercial Underwriting Superintendent



De bem com a vida

Educar os filhos nos dias de hoje: um grande desafio

Mais do que informação, o ato de educar exige amor, respeito e, acima de tudo, responsabilidade.

Se educar os filhos há alguns anos já não era uma tarefa fácil, hoje, com todas as tecnologias disponíveis e com o mundo interligado pela internet, ficou ainda mais complicado! O raciocínio é simples: em uma sociedade com excesso de informação, os pais têm mais dificuldade para preparar seus filhos para a vida e fica cada vez mais difícil transmitir valores como ética, cumplicidade, honestidade, comprometimento, caráter e todos os princípios fundamentais para a formação de

Confira aqui algumas “regrinhas” universais que podem ajudar na hora de educar em tempos de internet e celular:

- Pedir para desligar o celular nas refeições;
- Estabelecer horários para uso do computador;
- Introduzir o hábito da leitura na rotina da criança;
- Conversar sobre temas que estejam em evidência;
- Responder, sem mentir, adequando a resposta à idade da criança;
- Saber ouvir críticas e dialogar sobre elas;
- Exercitar a empatia para poder entender determinados comportamentos;
- Respeitar, amar, mostrar à criança o quanto ela é importante;
- Ser o melhor exemplo, afinal, não adianta ditar regras e agir de modo diferente;
- Saber estabelecer limites, dialogando e aprendendo a negociar;
- Introduzir tarefas de acordo com a idade da criança;
- Ensinar a criança a exercitar escolhas e a assumir responsabilidades.



um cidadão consciente e de um ser humano responsável.

Então, como os pais podem cumprir seu papel de orientadores em tempos em que estar conectado com o mundo é possível com apenas um “clique” e enquanto a internet ocupa um espaço crescente na vida das pessoas, trazendo inúmeras informações sempre em primeira mão, fazendo com que o jovem esteja exposto a influências nem sempre positivas? A pergunta é complexa e a resposta não é simples, porém, uma coisa é certa: a responsabilidade de formar o indivíduo é dos pais e, ainda que ambos – pai e mãe – trabalhem, delegar esse papel para a escola ou para alguém próximo é um erro muitas vezes comum e que se deve evitar.

Vale lembrar também que vivemos um momento no qual é impossível – e impensável, até – praticar a educação das gerações anteriores, com maior rigidez, controle e autoridade. Por um lado, o relacionamento

entre pais e filhos se tornou mais próximo e informal, facilitando o diálogo e a melhor compreensão mútua. Por outro, a educação atual trouxe uma liberdade para a qual nem sempre se está preparado. Daí a importância do diálogo, do bom senso e do companheirismo entre pais e filhos.

Mais do que na geração dos nossos pais e avós, é preciso estar próximo, acompanhar a rotina dos filhos, monitorar o círculo de amizades, virtuais ou não – respeitando a privacidade –, reforçar os princípios de conduta e comportamento, e, ainda, estabelecer limites, dialogando e ensinando pelo exemplo.

Mais importante do que qualquer recomendação, é imprescindível usar o bom senso, colocar em prática o que nossos pais nos ensinaram, usar a intuição e acreditar que educar é um processo contínuo, permanente, muitas vezes difícil e delicado mas, antes de tudo, uma forma de amar.



Euler Hermes Seguros de Crédito S.A.
Av. Paulista, 2421 - 3º andar - Jardim Paulista
CEP 01311-300 - São Paulo - SP
Tel.: (55 11) 3065-2260
www.eulerhermes.com.br

Expediente

O jornal Insight é uma publicação gratuita da Euler Hermes Seguros de Crédito S.A. cujo conteúdo tem caráter meramente informativo. As informações fornecidas neste exemplar não implicam recomendação de uso nem garantia de sua aplicabilidade por parte da Euler Hermes Seguros de Crédito S.A.

- **Colaboradores Euler Hermes:** Débora Tavares, Guilherme Perondi, Luciano Mendonça, Maria Luiza Ferrera Mendes e Robson Guariza.
- **Coordenação geral:** SR2 Comunicação e Eventos
- **Jornalista responsável:** Marcos Fernandes (Mtb 2452/MG)
- **Projeto gráfico, textos e editoração:** Nexis Comunicação
- **Revisão:** Viviane Akemi Uemura
- **Tiragem:** 8.500 exemplares